

Cláudia Beatriz Heynemann

Doutora em História Social.
Pesquisadora do Arquivo Nacional.

O *Tribunal das Letras*

Rafael Bluteau e a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII



O padre Rafael Bluteau, de origem francesa, é considerado um dos mais importantes propagadores do pensamento moderno no universo intelectual português da corte de d.

João V. Classificado como um *estrangeirado*, tem entre seus principais títulos as *Prosas portuguesas* e o célebre *Vocabulário português e latino*, editados nas duas primeiras décadas do século XVIII. Os traços modernos de sua obra são aqui analisados perante o processo de formação do Estado moderno, o sistema filosófico da revolução científica e, sobretudo, a relação entre o pensamento racionalista e sua representação no discurso, explorando sob esse aspecto os ecos dos port-royalistas na obra de Rafael Bluteau.

Palavras-chave: ciência moderna; reformismo ilustrado; Estado absolutista; filosofia escolástica.

Father Rafael Bluteau, of French descent, is considered as one of the most important disseminators of modern thought in the

Portuguese intellectual universe of the court of King D. João V. Rated as an *estrangeirado* (imitator of foreigners), among his chief work titles are *Prosas portuguesas* and the famous *Vocabulário português e latino*, published in the first two decades of the 18th century. Herein, the modern traits of his work are analyzed in respect of the modern State formation process, the philosophical system of the scientific Revolution and above all, the relation between rationalist thought and its representation in the discourse, thus exploring under this aspect, the echoes of the Port-Royalists in the work of Rafael Bluteau.

Keywords: modern science; Enlightenment; absolutism; scholasticism.

Todos os homens são mortais, mas nem todos são indoutos. Na apresentação de seu *Vocabulário português e latino*,¹ o padre Rafael Bluteau procurará mostrar que a riqueza das monarquias está também na

fecundidade das palavras, que a força das nações confunde-se com a da língua. A única arma contra a mortalidade é, assim, o conhecimento, manifesto em muitas instâncias, entre elas, os dicionários ou vocabulários. Exemplificando

a potência do conhecimento, Bluteau cita o 'milagre' da transformação de Hesíodo, no bosque das musas, e sua passagem de pastor a 'insigne' poeta.

Constante na obra do padre Rafael Bluteau, o recurso aos autores clássicos adquire múltiplos sentidos em uma leitura que se faça a partir da busca de influências e diálogos com o debate intelectual que marca a virada do século XVII para o XVIII. Aqui, referimo-nos, especificamente, à *Querelle*, à polêmica Antigos e Modernos que ecoaria, ainda, além dos marcos cronológicos habituais, perdurando pelo setecentos. Mas, não se trata de delimitar um certo "contexto" em que se move o autor. As definições de Bluteau, os exemplos a que recorre, os autores citados, compõem, internamente ao texto, uma história das idéias que se encontra com a ambiência intelectual de Portugal das cortes de d. Pedro II e d. João V, mas que também a ultrapassa.

Investindo um pouco mais no exemplo de Hesíodo, retiramos o caráter possivelmente fortuito da escolha de Bluteau, da narrativa do bosque percorrido pelo poeta, bosque das musas, únicas detentoras do saber absoluto, conhecedoras de todos os lugares, dos grandes feitos heróicos, e dos nomes, se nos lembrarmos que as musas são aquelas que

Possuem os princípios de ordenação desse saber e ensinam a arte de enumeração metódica, esse fio da memória que se desenrola para percorrer as listas, (...) percurso temporal da

genealogia divina ou heróica, da emergência do mundo no tempo dos homens, e que atestam, por exemplo, a *Teogonia* de Hesíodo e o *Catálogo das mulheres* que Ihe é atribuído.²

Essa gênese dos dicionários, vocabulários, catálogos e enciclopédias, enunciando os conflituosos, e mesmo paradoxais, binômios memória e escrita, memória e história, conhecerá pontos de inflexão na presença fundadora do Liceu de Aristóteles, no nominalismo, nas coleções e bibliotecas formadas ou conservadas entre os séculos XVI e XVIII. Em Portugal, o *Vocabulário* pode apresentar antecedentes em seu gênero, tais como o *Dicionário lusitano*, de Agostinho Barbosa, de 1611, ou o *Tesouro da língua portuguesa*, de Bento Pereira, de 1666, mas há uma tendência a se perceber no *Vocabulário* uma ruptura, que se confunde com o perfil do religioso no âmbito do regime intelectual português. É certo que a idéia de obras "anteriores" presuppõe uma genealogia a ser verificada, devendo-se supor que boa parte de obras congêneres editadas em Portugal ao longo do século XVII estivesse compreendida nos parâmetros da escolástica seiscentista. Por outro lado, tal como desenvolveremos neste artigo, podemos perceber alguns outros vínculos, exemplarmente com as gramáticas gerais, racionalistas. O *Vocabulário* perpetuou-se por intermédio de Morais e Silva, primeiro em uma revisão da obra de

Bluteau,³ depois em seu próprio dicionário,⁴ consolidando-se, recorrentemente, como fonte na historiografia brasileira.

O padre Rafael Bluteau, nascido em Londres, em 1638, filho de pais franceses, formado em Paris e doutorado em ciências teológicas em Roma, surgiu na história de Portugal, principalmente, além da autoria dessa obra, como membro ativo do grupo que se reúne em torno dos condes de Ericeira, as *Conferências discretas e eruditas*, no final do século XVII. Clérigo regular, membro da Ordem de São Caetano, Rafael Bluteau chegou pela primeira vez em Portugal em 1668, voltando à França em 1687 e regressando, definitivamente, a Portugal em 1704. Membro das academias Real de História, dos Generosos e dos Aplicados, estudou no La Flèche, o famoso colégio dos jesuítas, por onde passou, entre outros, René Descartes. A indiscutível importância da formação jesuítica para o sistema cartesiano, uma reação à filosofia escolástica, que é, em si, demonstrativa da autoridade do aristotelismo tomista no início do século XVII, projeta-se sobre Bluteau, divulgador da cultura francesa e das academias européias em Portugal.

Apresentado como um *estrangeirado* (em oposição aos *castiços*), Bluteau será considerado por muitos um integrante do movimento que teria precedido as reformas pombalinas. Um moderno em vários sentidos, sobretudo em sua afinida-

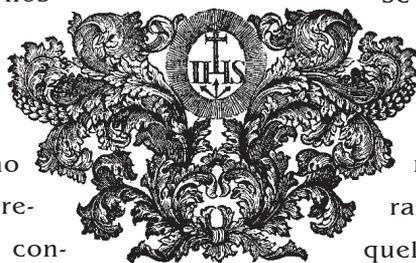
de cartesiana com Fontenelle, em sua adesão a algumas teses de Gassendi, à pedagogia de Boileau. Esses traços da ação do padre teatino serão marcados no comentário de Francisco Falcon sobre a sua presença no círculo dos Ericeiras, cujas atividades convergiriam, em seguida, para o apoio régio de d. João V. Bluteau, diz Falcon, “põe os portugueses em dia com o movimento das academias científicas de outros países, critica as questões escolásticas comuns nas aulas de filosofia e de teologia, denominando a lógica utilizada nas escolas de ‘labirinto de questões inúteis’”.⁵

Observando as transformações operadas pelos jesuítas em Coimbra e Évora, essencialmente os cursos conimbricenses da escolástica, Antônio Camões Gouveia identifica uma tentativa de “rejuvenescimento” e preservação da escolástica, da Segunda Escolástica, que em sua versão seiscentista e setecentista era uma “permanência poderosa e desejada pelos poderes”.⁶ Analisando o verbete ‘postilas’ em Bluteau, que as define também como comentários efetuados à margem dos textos jurídicos, Antônio Gouveia detém-se no trecho no qual é comentado que “hoje nas Universidades postila é a lição que dão os lentes, fazendo as pausas, e intervalos que se costumam quando se dita (...). Tomar postila, às vezes vale o mesmo que estudar”.⁷ A descrição daquilo que os *Estatutos de Coimbra* de 1653 haviam fixado como função dos docentes, a glo-

sa das autoridades,⁸ soa, assim, crítica, inscrevendo Bluteau como um moderno, oposto à escolástica. Desenvolvendo a idéia que em meio à trama apertada da visão de mundo jesuítica infiltram-se outros fios, coloridos e de outros formatos, a corte de d. João V é espaço também para o cartesianismo, o saber prático, a técnica, promovidos pelo mecenato de homens como o conde de Ericeira. É nesse sentido que Gouveia constrói o perfil do “eiriceirense Rafael Bluteau” e da sua definição de ‘experiência’ no *Vocabulário*: “conhecimento de efeitos particulares, adquirido com o uso de repetidos ensaios, e provas (...). A experiência é filha natural do tempo, e mãe dos bons conselhos: é a guia do entendimento, a regra da vontade, a alma da prudência”.

O elogio da experiência e a crítica ao método escolástico nas universidades responderiam, assim, como signos da inserção de Bluteau entre os modernos que rompem o cerco da Companhia de Jesus na corte de d. João V. No entanto, devemos rever o sentido da idéia de “experiência” nesse universo, enunciada em termos muito próximos da máxima “a experiência que é madre das coisas, nos desengana e toda dúvida nos tira” que, nos ensina Sérgio Buarque de Holanda, estabelece antes uma continuidade com o “realismo desencantado, voltado sobretudo para o particular e o con-

creto”⁹ que predominou no Renascimento português e nos Descobrimientos, expressando o domínio da filosofia aristotélica e da escolástica. Cumpre também deslocarmos um pouco essas cesuras, como indica Pierre Chaunu, avaliando que cedo os jesuítas “havia compreendido (...) o interesse da filosofia mecanicista. Aceitaram dar um lugar vasto às matemáticas, lado a lado com o latim, e na prática renunciaram sem drama à física de Aristóteles”. Como comentava um religioso no século XVIII, não havia curso em que não houvesse “exposições precisas das concepções de Aristóteles, de Epicuro, de Descartes e de Gassendi”. Essa variedade não impedia, simultaneamente, uma forte resistência contra Newton, fazendo com que Descartes fosse um argumento contra o materialismo newtoniano.¹⁰ Por outro lado, a idéia de experiência nós podemos encontrar em Aristóteles, um aspecto que será destacado sobretudo no que se refere à história natural, em uma leitura moderna de sua obra, mas que ocupa um lugar ainda maior, figurando na imagem do Liceu, na comprovação do discurso. O que discutimos aqui não é a permanência intocável de uma lógica, porém o caráter da ruptura que se demarca, seu significado, como se perguntará Camões Gouveia, afirmando ser “banal dizermos que o Portugal cultural de 1620 é diferente daquele de 1777-1807. Não duvi-



damos (...). Mas interessa pôr a pergunta: quais as permanências e como se mantêm? Quais as alterações e como se integram?".¹¹

A combinação entre aquilo que permanece e as transformações ensaiadas no meio cultural e científico português talvez esteja na fórmula "retórica farfalhante e ciência incipiente". Mas relevante, acrescenta Francisco Falcon, um início.¹² O reinado joanino seria marcado por contrastes: entre o reino cadaveroso e as iniciativas de rompimento com a hegemonia sufocante da Companhia de Jesus, que, ainda assim, edita os quatro primeiros tomos do *Vocabulário*.¹³ Uma ruptura com o universo barroco, visível nas três frentes enumeradas por Falcon: ericeirense, oratoriana e régia, tal é a tônica do fenômeno do estrangeiramento,¹⁴ assinalando a sua diferença em relação aos castiços, representantes do pensamento tradicional e que compõe um dos traços de identidade lusa. O tema da ruptura, adiado ou antecipado em relação ao período pombalino, faz com que se vislumbre na leitura dos modernos, na adesão ao cartesianismo, na produção de memórias como a *Instrução sobre a cultura das amoreiras e a criação dos bichos da seda*, que Bluteau publica pela primeira vez em 1679,¹⁵ a retomada de algo interrompido na história portuguesa: o desenvolvimento prenunciador da revolução científica seiscentista que estava na expansão marítima portuguesa.

Analisar o lugar de Bluteau na cultura portuguesa implica enfrentarmos a imagem de um século barroco e de uma época clássica. Uma conceituação histórica proposta por José Antonio Maravall para o barroco espanhol, para quem, mesmo sem datas definidas, pode-se partir de 1600 até 1670-1680. Reforçam-se aqui alguns nexos históricos que, forçosamente, levam à Itália e à conseqüente articulação entre o barroco e o classicismo, associados por meio da reforma católica, do fortalecimento da autoridade papal, da expansão da Companhia de Jesus, o que levou o crítico Hatzfeld a afirmar que "onde surge o problema do barroco, está implícita a existência do classicismo".¹⁶ A definição do século XVII como uma época barroca significa, ainda, que o barroco qualifica todas as "manifestações da civilização do século XVII". No caso espanhol, ibérico, Maravall tem como horizonte certos elementos de ruptura o que, muito mais do que um traço temporal, significa uma passagem para o setecentos que se dá pelo rompimento com aquilo que qualificaria o barroco, a idéia de uma crise geral européia.

O que essa crise geral expressaria seria a fragmentação do mundo então garantido pela ordem escolástica e abalado pela lógica racionalista e matemática, pelo espaço euclidiano. É nesse sentido que o que unifica o barroco é o seu compromisso com a renovação do sentido religioso da vida e do mundo: "a sensibili-

dade barroca admite a fratura entre as ordens do transcendente e do imanente, a distância aparentemente invencível entre o sagrado e o temporal, mas quer de alguma forma superá-las". A urgência de uma ordem traduz-se, ainda, na importância do Príncipe, na fórmula do Estado absolutista. Em Portugal, o Estado barroco é o da Restauração de 1640 e sua tarefa de reconstrução do reino. A Restauração é, desse modo, "uma aposta que colocava em jogo a existência de um reino, e uma monarquia localista, regressiva, obcecada com o passado".¹⁷ Admite-se, assim, um específico luso no quadro mais amplo das reflexões sobre o barroco, mesmo ibérico, e que sugere um encontro interessante entre a formação de Bluteau, constituída no seiscentos, e a sociedade portuguesa em que se moverá e publicará a sua obra.

Poderíamos lembrar, ainda, outros aspectos importantes desse século XVII, no qual Paul Hazard situa a crise da consciência europeia. A ruptura com a ordem racional – promovida pelos cânones religiosos, uma das expressões da crise da época moderna – prossegue no enfrentamento do racionalismo com o empirismo, na tensão entre os procedimentos dedutivo e indutivo, entre a geometria cartesiana e a física de Newton, e se expressará na aliança que os salva do ceticismo da razão: "o espírito do século XVIII, que tem suas raízes no XVII, é racionalista por essência e empirista por transação".¹⁸ A vitória dos físicos,

geômetras e filósofos da idade barroca deixa para o século XVIII uma série de questões que ampliam ou retraem as fronteiras da época e que no universo intelectual e religioso ibérico e português configura, para alguns autores, um modelo próprio.

A obra de Bluteau comparece, via de regra, precedendo as reformas pombalinas, estas por sua vez entendidas como ingresso resolutivo no mundo da ciência e do pensamento modernos. Quebrar essa subordinação mais imediata, identificando o que é próprio do reinado de d. João V, implica, como vimos, olhar para o século XVII, mais do que em seu sentido cronológico (que se justificaria pela formação intelectual de Bluteau), em suas muitas dimensões, do ponto de vista filosófico-científico, como o século em que com Galileu se deixa, definitivamente, o Renascimento, como afirmará Alexandre Koyré. Uma ruptura, Koyré assinala, que caracteriza uma separação entre o mundo sensível, qualitativo, aristotélico, relegado "a uma esfera subjetiva ou relativa ao ser vivo" e aquele real, escrito em números, reduzido ao geométrico.¹⁹ A cisão não marca, assim, o fim de uma dada apreensão do mundo, mas uma divisão que mobilizaria a ciência setecentista, balizando a relação entre a história natural e outros campos de matriz aristotélica e a física galilaico-newtoniana. É nesse sentido que François Châtelet dirá que

Quando o mesmo Galileu afirma que a

século XVII articula-se em torno dessa sorte de acontecimentos, que vão se re-
 cortando na querela Antigos e Modernos,
 na famosa 'querela do vazio',²¹ nos
 impasses que se apresentam no interior
 da ciência vista sob o prisma pós-
 galilaico. A possibilidade de introdução
 do *cogito* cartesiano no mundo intelec-
 tual português da chamada Segunda
 Escolástica pode ser pensada por meio
 da interpretação de Eduardo d'Oliveira
 França, quando afirma que o
 racionalismo cartesiano teria vindo para
 estabilizar o que a eclosão do
 humanismo havia abalado, "a ordem
 escolástica e a precisão seca de seus
 conceitos". Um século eminentemente
 normativo, que substitui a "instabilidade
 dolorosa do espírito" pela dúvida sis-
 temática, tal é o século XVII que ele nos
 apresenta, sublinhando o desejo de uma
 ordem, desejo realizado na observação
 e nos sistemas de classificação da natu-
 reza. Mas a "precisão seca" da
 escolástica resiste nas mãos dos jesu-
 itas, e não só: a fome de ordem, para esse
 autor, permanece renovada dentro das
 ordens religiosas, na teoria literária, na
 teoria da arte: "a escolástica, menos fe-
 cunda como método de pesquisa cientí-
 fica, era um terrível instrumento de cla-
 reza no jogo das idéias e um excelente
 fiador da ordem. Havia de ser carinhosa-
 mente preservada".²²

O ensaio de compreensão da obra do
 padre teatino se faz na clave de sua ins-
 crição moderna, de sua irrupção em

meio ao 'reino cadaveroso'. Prenúncio
 dos novos tempos reivindicados no se-
 tecentos, essa consciência de época e a
 visão disciplinar de história que então se
 consolidou, tem sido diretamente reco-
 nhecida em Bluteau, a partir de quem se
 irradiaria um dos benefícios da Restau-
 ração, qual seja, a ruptura com a
 Espanha e, portanto, com o barroco.
 Esse é o caminho percorrido por auto-
 res como José Sebastião da Silva Dias
 que enxerga no ano de 1640 a possibili-
 dade de "reatamento das nossas relações
 culturais com o mundo exterior à Penín-
 sula. Os portugueses tiveram então uma
 bela oportunidade para descobrirem o
 novo pensamento universal, quer viajan-
 do por terras estranhas, quer ouvindo na
 'pequena casa lusitana' os peregrinos de
 outra origem".²³ Um desses peregrinos
 era, sem dúvida, o padre Rafael Bluteau,
 cuja *Prosas acadêmicas* é aberta por
 destacado membro do círculo acadêmi-
 co de d. Francisco Xavier de Meneses, o
 conde da Ericeira, com o "oratório reque-
 rimento de palavras portuguesas agrava-
 das, desconfiadas e pertencentes, apre-
 sentado no Tribunal das letras, erigido
 no ano de 1696, na biblioteca do conde
 da Ericeira, com o título de Conferên-
 cias eruditas".²⁴ Além do "genuíno signifi-
 cado" dos vocábulos portugueses, as
 prosas compreendem diversos outros
 assuntos das lições acadêmicas, tais
 como *matérias físicas; prosas acadêmi-
 cas, críticas, históricas, políticas das sete
 maravilhas do mundo; assuntos de ou-
 tras sete lições acadêmicas sobre as sen-*

tenças dos sete sábios da Grécia, combinados com outros tantos ríões dos Velhos da Lusitânia; assuntos das prosas acadêmicas, teológicas, fundados no atributo da independência divina.

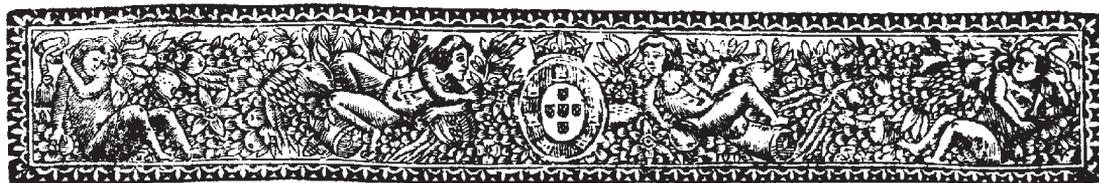
Na tradição das academias literárias, históricas e científicas do XVII, Bluteau participa das Conferências e da Academia dos Generosos, renovada em 1717, também na casa do conde da Ericeira. Nas lições que compõem as prosas, nas referências aos temas e autores modernos, entendidos no âmbito da Revolução científica, Bluteau deixaria entrever suas filiações, seu cartesianismo, a adesão a Gassendi, como procura sublinhar Silva Dias, especialmente no que se refere às teses sobre o vazio, a existência do vácuo. Na urgência de demonstrar o caráter moderno, antiescolástico do clérigo, Silva Dias o aproxima da “orientação gassendo-cartesiana”, encobrando que foi exatamente em torno da querela do vazio que se opuseram as idéias de Gassendi e Descartes, acusado pelo primeiro de ter permanecido, quanto ao método e ao seu dogmatismo metafísico, “fundamentalmente um escolástico”.²⁵ Mais do que nos guiarmos por essa disputa, queremos destacar que ao se classificar Bluteau como um moderno deve-se considerar a convivência na sociedade portuguesa do início do setecentos e também em outros círculos intelectuais europeus, de diferentes tradições do pensamento, a partir das duas maiores do

Ocidente, o platonismo e o aristotelismo, devidamente transformados pela leitura, tradução, comentário e todos os processos que envolvem a recepção das obras e das idéias. Considerada um enclave moderno na corte de d. João V, a obra de Bluteau nos convida também a pensar, por meio de seu Tribunal das letras e do exercício da “arte de falar”,²⁶ o processo histórico que encaminha a estruturação dos estados absolutistas, a constituição de um campo científico, a associação entre palavra, razão e política.

Iniciando essa reflexão, vemos como no verbete ‘dicionário’ Bluteau dedica-se antes à impropriedade da palavra do que à sua definição, bastante sucinta, mas, ainda assim, significativa:

Livro, em que as palavras de uma ou mais línguas estão impressas por ordem alfabética. De ordinário lhe chamamos *Dictionarium*, que é palavra novamente forjada, e de tão pouco latina, que se deriva de *Dictio*, que em latim, (...) não significa uma dicção ou uma palavra. Outros lhe chamam *Vocabularium*, e tem este nome a vantagem de ter derivado de *Vocabulu*, de que Cícero usa para significar uma palavra.²⁷

O termo dicionário foi utilizado recorrentemente, como indica, por exemplo, o *Dictionarium seu Linguae Latinae thesaurus*, de Robert Etienne, datado de 1531,²⁸ mas Bluteau insistirá no termo ‘vocabulário’, para definição desse gê-



nero, em sua autenticidade etimológica, contrariando a origem latina medieval do termo ‘dicionário’ e filiando-se a Cícero. A genealogia desses livros pode iniciar-se nas compilações lexicográficas gregas, conjuntos de glosas de palavras raras de um ou outro autor (entre os quais muitos dedicados a Homero) ao dicionário de Bluteau, revelando, sem qualquer linearidade, mudanças no sentido filosófico das palavras, na técnica de expressão, nos projetos de sistematização do conhecimento.

Esses livros onde se imprimem as palavras de uma língua participam de um processo em que protagonizam os “filhos do Livro”, como chamará Jacques Rancière aqueles que proferem palavras, tais como ‘déspota’, ‘tirano’ e outras que fazem adoecer o corpo político e que ensejarão o diagnóstico hobbesiano de que a doença da política é a doença das palavras.²⁹ Em seu ensaio, Rancière parte da morte do rei, no *Mediterrâneo* de Braudel, para refletir sobre a morte do acontecimento na ‘nova história’, morte que se confunde com a do monarca, em um processo paralelo entre o tempo de Felipe e o ‘anúncio’ de seu desaparecimento ao final do *Mediterrâneo*. A morte ocorre, primeiramente, devido ao que Braudel havia intitulado a “papelada dos

pobres”, uma outra ordem de discurso que não é a crônica dos príncipes ou dos embaixadores, mas constituindo-se das “vozes e escritas parasitas que sobrecarregam o corpo do soberano – o verdadeiro corpo do povo – de um fantasma feito de palavras sem corpo – o fantasma de um ser que deve ser morto – e confere assim à multidão dispersa dos ‘qualquer um’ os atributos do corpo político”.³⁰

Essa morte do soberano, detectada por Hobbes no *Leviatã*, ao se referir às causas da sedição, deve-se então a esses nomes sem referencial que fazem adoecer a política, frases que não têm existência real senão por duas ‘cumplicidades’: a primeira, dos “homens do verbo encarnado”, que dizem ‘déspota’ ou ‘tirano’ sobre os que se opõem à sua expansão da fé, e a segunda, “é a dos textos que dão vida e consistência à figura do déspota, esses textos antigos, cheios de histórias de déspotas, de teorias da tirania e suas desgraças, histórias e poemas em honra dos tiranicidas que sustentam a outra grande doença do corpo político, a hidrofobia”.³¹

Existem outras maneiras de expressar esse diagnóstico hobbesiano, do excesso de palavras, das palavras que investem contra o rei, o corpo soberano do

povo? Aqui se tratava de combater a guerra civil, a consciência privada, que deveria ser destituída de sua repercussão política. Assim, Koselleck expressará o que considera o passo definitivo dado por Hobbes, revelando que não era apenas a “vontade de poder” que conduzia à guerra civil, mas também a “invocação da consciência sem amparo externo”. Ou seja, que a consciência não leva à paz, mas é “em sua pluralidade subjetiva, uma *causa belli civilis*”.³² A idéia do Estado como juiz racional de homens irracionais, fundando uma razão política, enuncia um processo dedutivo do mundo, uma equação da qual conhecemos, antecipadamente, os termos. Seu nome, nome do instrumento que flexiona a passagem para uma pacificação dos homens: contrato. Racionalismo cartesiano, procedimento dedutivo, medo e esperança, na leitura de Renato Janine Ribeiro sobre as paixões compreendidas no discurso hobbesiano.

Esse percurso em torno de Hobbes, além de sublinhar a dimensão política das palavras, pretende traçar o paralelo entre um modelo de ciência e uma forma de escrita que se situa entre a lógica de seu enunciado e a sua relação com o mundo empírico. Assim, no *Leviatã*,

Trata-se de fazer uma genealogia do Estado; os homens são criadores do político a quem o texto revela a sua criação. Seremos súditos leais porque somos os sujeitos que instituíram; obedeceremos porque geramos o Estado

(...). Com isso se assegura a inteligibilidade: porque, se o modelo desta é a geometria, a qual conhecemos porque suas figuras e conceitos nós criamos, então só poderemos ter uma ciência do Estado quando também o reconhecermos produto nosso.³³

A relação entre uma ciência política e a ciência seiscentista, cartesiana e dedutiva estabelece-se, assim, em um modelo de inteligibilidade que, na escrita de Hobbes, se dá na genealogia do Estado absoluto, processo dedutivo racionalista que, no entanto, é fendido pelo ato de vontade, o contrato. Tal é um processo em que as palavras solicitam um assentimento, dos homens e do leitor, mas que como ato de vontade não é nem escolástico nem cartesiano, diz Renato Janine: é uma vontade reduzida a uma “operação aritmética com forças”.³⁴ Aqui, importa esse paralelo entre as palavras e aquilo que elas podem estabelecer, imbuídas de um racionalismo cartesiano ou do enunciado aristotélico tomista, expressando um momento histórico em que as palavras que são proferidas pelos religiosos, aquela que está na “papelada dos pobres”, enfim, todas conspiram nessa revolução moderna, que é antes de tudo a seguinte:

A revolução dos filhos do Livro, daqueles que reúnem os poderes da imitação e da profecia. Revolução da papelada pela qual a legitimidade real e o princípio da legitimidade política encontram-se desfeitos, despedaçados na

multiplicidade das falas e dos faladores que vêm atualizar outra legitimidade, a legitimidade do povo surgida nas entrelinhas da escrita testamentária ou da de Tácito. Tal é no tempo de Felipe II e de Hobbes, a papelada dos monarcomacas, dos soldados de Deus e dos apaixonados pela Antigüidade. Assim multiplicam-se os focos de palavra 'legítima' e, ao mesmo tempo, os repertórios e os dicionários que permitem mudar os nomes, construir argumentações e figurações que fazem aparecer em tal ou tal lugar, sob tais ou tais traços o despotismo ou a liberdade.³⁵

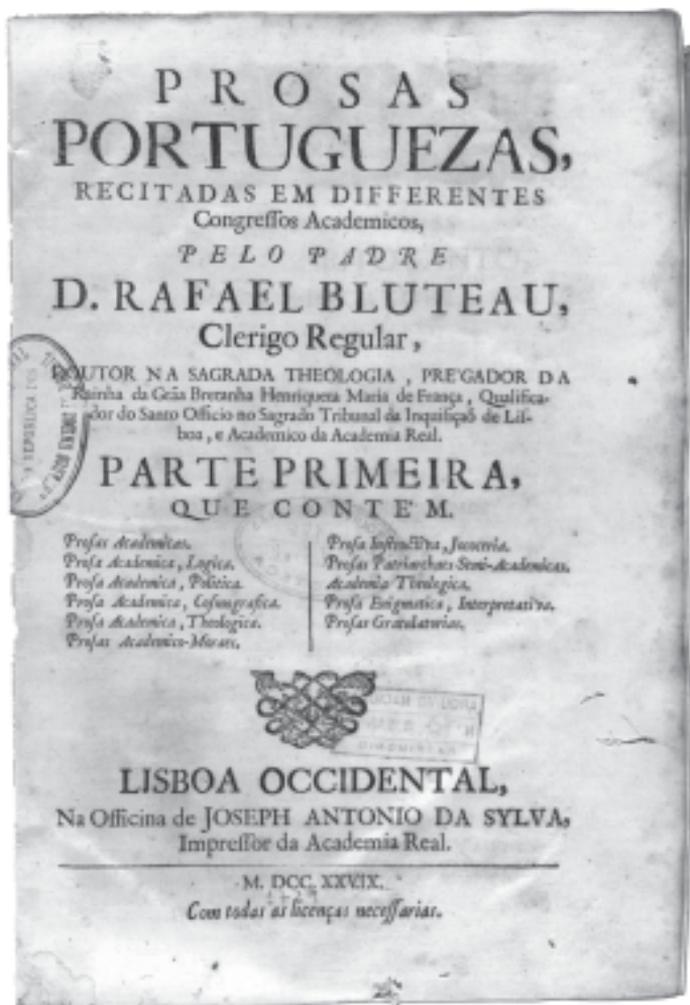
A desordem da política coincidiria, portanto, com a desordem do saber,³⁶ algo que Hobbes detectaria, ainda que não a tenha nomeado. Uma produção e deslocamento de sentido que brota das palavras nos repertórios e dicionários, dos textos dos antigos, textos da retórica, os relatos da "história profana", como define Bluteau, convocando a 'memória pública', como a chama Cícero, "porque na História perseveram memórias do passado", e ainda Cícero, na clássica passagem "a história é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida e a mensageira da Antigüidade".³⁷

Nesse momento várias genealogias podem ser percorridas: a da história profana que só se torna verídica com a fundação de Roma; a recorrência a Cícero, reafirmado ao longo da obra, refazendo

parte de uma origem, indicando uma oposição à escolástica e ao aristotelismo, às memórias do passado e da Antigüidade, ao tempo e espaço do que será concebido como Antigüidade; e o *Vocabulário* de Bluteau, "homem do verbo encarnado", que se inscreve em uma tradição de obras que nomeiam, definem e sistematizam. A temporalidade que o *Vocabulário* exhibe é múltipla, comportando a tensão e a complexidade histórica dos sistemas de pensamento que estão aqui investidos. Assim, podemos ler o século XVII, clássico e barroco, século de Hobbes, de Descartes e do Estado absoluto, como aquele que conheceu a crítica aos Antigos, a Revolução científica, o confronto entre os sistemas dedutivos, racionalistas e o pensamento indutivo e experimental. Os dicionários e repertórios, obras que designam e recolhem o significado das coisas, localizam-se, filosoficamente, em Aristóteles, como nos conduzem, também, à tradição nominalista e pela qual Bluteau parece haver se decidido. Como produto da 'questão dos universais', nascida no interior do aristotelismo do apogeu gótico, a vitalidade do nominalismo na época moderna é reveladora da crítica ao caráter especulativo do Renascimento e, também, ao racionalismo seiscentista, em favor da eleição dos sentidos como meio para percepção do real, procurando manter a "integridade do pensamento racional e da observação empírica", sem escapar ao que Erwin Panofsky chamará "o eterno problema do

empirismo".⁵⁸ Seja como for, Bluteau e sua obra são devedores desta afirmação, de que tudo é singular e que o é por si próprio, de que só existem os indivíduos ou as entidades particulares, de um terminismo, enfim, que atravessa essas obras. Por outro lado, está na arquitetura dos sistemas, igualmente, a constituição desse gênero de escrita, da possibilidade de classificar, ordenar, hierarquicamente ou de forma enumerativa, o conhecimento.

Incorporar essa gênese importa-nos como forma de reflexão teórica acerca dessas obras, como matriz filosófica que anima e constrói os dicionários, enciclopédias, coleções e que, igualmente, fomenta, nos séculos XVII e XVIII, um momento privilegiado de realização e embate, na *Querelle*: a polêmica antigos e modernos. Por um lado, vemos que enquanto se recorre aos textos da Antiguidade nega-se o "caráter modelar da civilização clássica", nas palavras de



Rafael Bluteau, *Prosas portuguesas recitadas em diferentes congressos acadêmicos*, Lisboa Ocidental, Na Officina de José Antônio da Silva, 1728.

Paolo Rossi,³⁹ para quem Bacon e Descartes não disputam com os Antigos, recusando sim o próprio campo da disputa. Por outro lado, além dos dilemas próprios a alguns campos do saber, como o da história natural, estão as diversas apropriações, releituras, das heranças platônica e aristotélica no Ocidente, assumindo novas configurações a cada questão que se enuncia.

Um momento importante desse confronto estará na doutrina jansenista, do bispo Cornélio Jansênio, que projeta no retorno às teses de Santo Agostinho uma reforma católica, tendo sido condenado pelo papa Inocêncio X. Com a adesão de Pascal e dos chamados senhores de Port-Royal, o jansenismo francês prospera após a morte do cardeal Richelieu, em 1642, tendo a frente aquele que seria o “doutor” do movimento por quase meio século: Antoine Arnauld. O funcionamento de escolas junto ao austero convento abre as portas, mais do que para a teologia, para um ensino e um pensamento que se deseja à frente dos jesuítas, na eficácia do método, no rigorismo, no ensino em francês, abrindo espaço às ‘novas ciências’, incentivando a publicação, pelos mestres, de obras de pedagogia ou de filosofia geral “que tiveram um lugar em primeiro plano no desenvolvimento da vida francesa: a *Logique* de Port-Royal, a meio caminho entre o *Discours de la méthode* e a *Recherche de la vérité* de Malebranche, é a mais bela ilustração”.⁴⁰

De autoria de Arnauld e Lancelot, é também a famosa *Gramática de Port-Royal* ou *Gramática geral e razoada contendo os fundamentos da arte de falar*,⁴¹ explicados de modo claro e natural; as razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas,⁴² de 1660, que é, para muitos, a fundadora das gramáticas gerais. Os senhores de Port-Royal eram, em sua vocação agostiniana, platônicos e identificados com o cartesianismo. Havia desenvolvido, no interior da filosofia cartesiana, um ramo ainda não abordado, o da linguagem, compreendendo as palavras como “uma das grandes provas da razão: é o uso que dela fazemos para expressar nossos pensamentos”.⁴³ Palavra, na definição de Rafael Bluteau, é “dicção articulada, que consta de uma ou mais sílabas e com que entre todos os animais só o homem se declara. A palavra foi dada ao homem para intérprete de seus pensamentos, imagem de sua alma e espelho de seu espírito”.⁴⁴

São perceptíveis em Bluteau os ecos da gramática de Arnauld. Nela também se afirmará que a palavra, mais do que em seu aspecto material, o som (comum a alguns animais, como o papagaio), devia ser considerada em sua parte espiritual, o que a tornava uma das maiores vantagens que o homem tinha sobre os animais.⁴⁵ A palavra como evidência da razão, das operações do espírito – conceber, julgar, raciocinar –, como definem os

gramáticos de Port-Royal,⁴⁶ associa, sob esse aspecto, o padre Bluteau a uma tradição gramática racionalista, compatível mesmo com sua formação. Elementos humanísticos e científicos informam seu vocabulário, sempre referido a uma tradição clássica romana, ainda que não faltem as necessárias referências aos filósofos gregos.

As gramáticas gerais constituem uma das manifestações do que Foucault considera “a linguagem elidida, discreta e soberana”. No capítulo IV de *As palavras e as coisas*, intitulado “Falar”, vemos que, na idade clássica, “as palavras receberam a tarefa e o poder de representar o pensamento”. Mas, ele adverte, não se trata de uma representação de algo visível, de “fabricar um duplo material que possa, na vertente externa do corpo, reproduzir o pensamento em sua exatidão. Representar deve-se entender no sentido estrito: a linguagem representa o pensamento como o pensamento representa a si mesmo”.⁴⁷ Em outro artigo, dedicado especificamente à *Gramática* de Port-Royal, Foucault sublinhará o critério presente na obra de Arnauld e Lancelot, válido para as gramáticas gerais até o fim do século XVIII: “não é uma gramática que analisa e compara um material lingüístico heterogêneo; é uma gramática que toma distância em relação a uma ou duas línguas dadas e que, na distância assim instaurada, reconstitui os usos particulares dos princípios universalmente válidos”, estabelecendo, em outro ní-

vel, a relação entre o geral e o racional, admitindo, portanto, a existência de leis gerais.⁴⁸ Marcando a passagem do *commentário*, da exegese (típicos do Renascimento, em que se procuram nas marcas do texto como que uma segunda linguagem), à *crítica*, Foucault traça, assim, o caminho pelo qual a linguagem, na época clássica, adquire o caráter ambíguo que nos é contemporâneo. A crítica, diz ele, “só pode analisar a linguagem em termos de verdade, de exatidão, de propriedade ou de valor expressivo”. Por outro lado, não pode deixar de interrogar a linguagem sobre a sua verdade ou a sua mentira, sua transparência ou opacidade, “portanto do modo de presença daquilo que ela diz nas palavras pelas quais a representa”. Uma das formas de interrogar a linguagem está em questionar seu funcionamento, sua natureza e suas virtudes de discurso, e, citando as reflexões de Hobbes e de Locke sobre o sistema de sinais e signos da linguagem, Foucault chegará à definição de linguagem como análise do pensamento, instauração profunda da ordem no espaço: “é aí que se situa esse domínio epistemológico novo que a idade clássica chamou ‘gramática geral’”.⁴⁹ Ao longo desse capítulo, ele percorrerá a experiência da linguagem, concluindo que

A tarefa fundamental do “discurso” clássico consiste em atribuir um nome às coisas e com esse nome nomear o seu ser. Durante dois séculos, o discurso ocidental foi o lugar da ontologia.

Quando ele nomeava o ser de toda representação em geral, era filosofia: teoria do conhecimento e análise das idéias. Quando atribuía a cada coisa representada o nome que convinha e, sobre todo o campo da representação, dispunha a rede de uma língua bem feita era ciência – nomenclatura e taxinomia.⁵⁰

Compreender a obra de Bluteau significa compreender o lugar das palavras no século XVII e início do XVIII, fundando uma epistemologia própria, uma representação pelas palavras e pelo nome, marcando uma profunda relação entre a linguagem analítica e a classificação – taxinomia –, em um modelo em que ciência, política, retórica, gramática e filosofia são pensadas a partir de regimes de racionalidade distintos daquele que informara o *comentário* e a ordem escolástica. Mas, consideramos que em um mesmo movimento e aqui, em uma perspectiva distinta da arqueologia foucaultiana, dialoga-se com a tradição, retomando os temas do Renascimento, da Antigüidade, reclamando antecedentes históricos e filosóficos nessa escrita, nesse relato racional. A obra de Bluteau traça a dupla dimensão da história portuguesa e da relação entre ciência, política e cultura na época moderna, descrevendo, implicitamente, o gesto da escrita como instância da história. A tradução do pensamento e da cultura francesa das academias e das tensões intelectuais que esta comportava, tem seu im-

pacto histórico avaliado pelas rupturas ou acomodações que o reformismo pombalino anunciava: esplendor barroco e fanatismo devoto, nas palavras de Francisco Falcon, precedem a época das reformas, tendo em sua outra face os estrangeirados e oratorianos.⁵¹

Há também um tempo que existe na realidade das palavras e das definições formuladas no *Tribunal das letras*, tempo profundo que dialoga com a tradição clássica, discurso que se dá no presente da sua escrita. A historicidade que se configura, manifesta-se nas referências à ordem régia e eclesiástica, por meio de verbetes como “Estado”, em que são evocados os três estados e as ordens dos mecânicos na sociedade portuguesa, ou nas variadas definições de “razão”, como faculdade, em sua dimensão divina, e como razão de estado, *ratio politica*, em seu tributo a Cícero, no reconhecimento de um vocabulário das colônias ultramarinas, nos verbetes dedicados à medicina, à astronomia, aos sistemas. Está, também, no investimento historiográfico em Rafael Bluteau como um moderno; no conteúdo crítico das lições proferidas na biblioteca seiscentista do Bairro Alto lisboeta; em sua principal obra, o *Vocabulário português e latino*; e, essencialmente, na tarefa que se exige, no projeto de travar, de forma sistemática, esta relação entre a língua e o mundo.

Artigo recebido para publicação em outubro de 2003.

N O T A S

1. Rafael Bluteau, *Ao muito alto e muito poderoso rei d. João o Quinto, XXI dos naturais reis de Portugal*, in *Vocabulário português e latino*, v. 1, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Publicado entre 1712 e 1727, integra o acervo de obras raras do Arquivo Nacional.
2. Christian Jacob, *Athènes-Alexandrie*, in Roland Schaer, *Tous les savoirs du monde: encyclopédies et bibliothèques, du Sumer au XXIe siècle*, Paris, Bibliothèque Nationale de France/Flammarion, 1996, p. 44.
3. Rafael Bluteau, *Dicionário da língua portuguesa*, reformado e acrescentado por Antônio Moraes e Silva, Lisboa, Na Oficina de Simão Tadeo Ferreira, 1789, 2v.
4. Antônio de Moraes Silva, *Dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1813.
5. Francisco José Falcon, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 206.
6. Antônio Camões Gouveia, *Estratégias de interiorização da disciplina*, in Antônio Manuel Hespanha (org.), *História de Portugal: o Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 425.
7. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, apud Antônio Camões Gouveia, op. cit., p. 426.
8. Autoridade aqui pode ter o sentido que assume na filosofia medieval, na qual *auctoritas* é uma opinião inspirada pela graça divina, podendo ser a decisão de um concílio, uma máxima bíblica, a *sententia* de um padre da Igreja. Como instância superior à razão, o recurso à autoridade é típico da filosofia escolástica. Cf. autoridade e escolástica em Nicola Abbagnano, *Dicionário de filosofia*, 4. ed., São Paulo, Martins Fontes, 2000.
9. Sergio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso*, 6. ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 5.
10. Cf. Pierre Chaunu, *A civilização da Europa das Luzes*, v. I, Lisboa, Estampa, 1985, p. 218-220.
11. Antônio Camões Gouveia, op. cit., p. 424.
12. Francisco José Falcon, op. cit., p. 206.
13. A partir do tomo 5 o editor passa a ser a Oficina de Pascoal da Silva.
14. Francisco José Falcon, op. cit., p. 204-205.
15. Também publicadas nas *Prosas portuguesas* como Prosa econômica, dedicada a d. Pedro.
16. José Antônio Maravall, *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*, São Paulo, Edusp, 1997, p. 42.
17. Cf. Rubem Barboza Filho, *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000.
18. Paul Hazard, *La crise de la conscience européenne*, Paris, Fayard, 1994, p. 226.
19. Alexandre Koyré, *Estudos de história do pensamento científico*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991, p. 53.
20. François Châtelet, *Une histoire de la raison*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, p. 13.
21. A querela do vazio marcou, no século XVII, a polêmica de Gassendi e Pascal contra a máxima, dita aristotélica, mais claramente tomista, de que a natureza tem horror ao vazio. A negação da vacuidade envolvia também Descartes, que será criticado e apontado por Gassendi como um 'escolástico'. Cf. Simone Mazauric, *Gassendi, Pascal et la querelle du vide*, Paris, PUF, 1998.
22. Ver Eduardo d'Oliveira França, *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, Hucitec, 1997.
23. J. S. S. Dias, *Portugal e a cultura européia (séculos XVI a XVIII)*, *Biblos*, revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXVIII, 1952. Agradeço a Beatriz Catão a indicação desse artigo.
24. Rafael Bluteau, *Prosas portuguesas recitadas em diferentes congressos acadêmicos*, Lisboa Ocidental, Na Oficina de José Antônio da Silva, 1728. Esse título integra o acervo de obras

raras do Arquivo Nacional.

25. Simone Mazauric, op. cit., p. 96.
26. Rafael Bluteau, *Prosas portuguesas*, op. cit., t. 1, p. 4.
27. Rafael Bluteau, Dicionário, in *Vocabulário português e latino*, op. cit., v. III, p. 214.
28. Georges Matoré, *Histoire des dictionnaires français*, Paris, Librairie Larousse, 1968, p. 59.
29. Jacques Rancière, As palavras da história, in *Políticas da escrita*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1995, p. 208.
30. ibidem, p. 209.
31. idem.
32. Reinhart Koselleck, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999, p. 30.
33. Renato Janine Ribeiro, *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*, 2. ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, p. 30.
34. ibidem, p. 32.
35. Jacques Rancière, op. cit., p. 210.
36. Em Hobbes, o poder é conhecimento, e para que cessem as guerras civis é necessário que esse conhecimento seja único. Bruno Latour esclarece que para Hobbes um dos maiores perigos para a paz civil vem da crença em corpos imateriais, como os espíritos, que estariam acima do poder civil. Isso é válido também para a ciência, realizada através do método experimental, fora do controle do Estado: "é importante evitar a qualquer custo que determinada facção possa invocar uma Entidade superior – a Natureza ou Deus – que não seria plenamente controlada pelo soberano". A separação moderna entre o mundo natural e o mundo social é parte de uma mesma constituição, sendo esta a principal tese de Latour. Cf. Bruno Latour, *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia assimétrica*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
37. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, op. cit., v. IV, p. 40.
38. E. Panofsky, *Arquitetura gótica e escolástica*, São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 9.
39. Cf. Paolo Rossi, *O nascimento da ciência moderna na Europa*, Bauru, SP, EDUSC, 2001.
40. R. Mandrou, *Des humanistes aux hommes de science: XVIe et XVIIe siècles*, Paris, Éditions du Seuil, 1973, p. 183.
41. Observamos o uso da expressão "arte de falar", também empregado por Bluteau nas prosas portuguesas. Como observará Michel Foucault, a gramática não é a arte de "bem falar", mas, simplesmente, a arte de falar. A gramática racional é assim no século XVII "uma disciplina que enuncia as regras pelas quais é preciso que uma língua se ordene para poder existir. Ela deve definir a regularidade de uma língua, que não é seu ideal, seu melhor uso (...) mas a forma e a lei interna que lhe permitem simplesmente ser a língua que ela é". Cf. Michel Foucault, Introdução (in Arnauld e Lancelot, *Grammaire générale et raisonnée*, Paris, Republications Paulet, p. III-XXVII), in Michel Foucault, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000, p. 127.
42. Cf. Antoine Arnauld, *Gramática de Port-Royal*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
43. ibidem, p. 27.
44. Rafael Bluteau, Palavra, in *Vocabulário português e latino*, op. cit., v. 6, p. 194.
45. Antoine Arnauld, op. cit., p. 27.
46. ibidem, p. 28.
47. Michel Foucault, *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1981, p. 93.
48. Michel Foucault, Introdução (in Arnauld e Lancelot), op. cit., p. 125.
49. ibidem, p. 95-98.
50. ibidem, p. 137.
51. Francisco José Falcon, *A época pombalina*, op. cit., p. 203.